

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 – EM MILHARES DE REAIS

1. Contexto Operacional

O PORTUS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e prazo de duração indeterminado, regido pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio da Secretaria de Previdência Complementar – SPC e do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Os patrocinadores listados a seguir são entidades que se dedicam às atividades portuárias, marítimas ou hidroviárias, ou que a elas se vinculem, e pelo próprio PORTUS.

São Patrocinadores:

Patrocinador	CNPJ
PORTUS-Instituto de Seguridade Social	29.994.266/0001-89
CODOMAR-Companhia Docas do Maranhão	06.347.892/0001-88
CDC-Companhia Docas do Ceará	07.223.670/0001-16
CODERN-Companhia Docas do Rio Grande do Norte	34.040.345/0001-90
CODEBA-Companhia Docas do Estado da Bahia	14.372.148/0001-61
CDP-Companhia Docas do Pará	04.933.552/0001-03
CDRJ-Companhia Docas do Rio de Janeiro	42.266.890/0001-28
Porto do Recife S/A	04.417.870/0001-11
DOCAS PB-Companhia Docas da Paraíba	02.343.132/0001-41
CODESA-Companhia Docas do Espírito Santo	27.316.538/0001-66
SNPH-Soc.de Navegação Portos e Hidr.do Estado do Amazonas	01.253.690/0001-53
CODESP-Companhia Docas do Estado de São Paulo	44.837.524/0001-07
SPI-Superintendência do Porto de Itajaí	00.662.091/0001-20
EMAP-Empresa Maranhense de Administração	03.650.060/0001-48

Os recursos que o Instituto dispõe são representados por contribuições das patrocinadoras, dos participantes, assistidos e pensionistas, de forma paritária e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, direcionados pela Política de Investimento e conformidades aos quesitos da Resolução CMN nº. 3.121/2003, em vigor até 31 de maio de 2007, revogada pela Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007.

2. Planos de Benefícios

O Plano de Benefícios é multipatrocinado na modalidade de “Benefício Definido” e tem por objetivo complementar o valor dos benefícios concedidos pela Previdência Social Oficial, em conformidade com os dispositivos do Regulamento, aprovado pela Secretaria de Previdência Social, mediante o Ofício nº 900/SPC/DETEC/CGAT, de 22/08/2005, está inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 19.780.005-29.

O Instituto administra um Plano Único, sua estrutura de gestão de investimento na modalidade “Unifundo”, efetuada internamente, pelo próprio.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05/07/2002, e Resolução CGPC nº. 23, de 06/12/2006, expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS através da Secretaria da Previdência Complementar - SPC, divulgadas em milhares de reais comparadas com o exercício anterior.

4. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração de Resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência, da mesma forma os rendimentos como bonificação, dividendos e juros sobre o capital próprio.

b) Investimentos

b.1) Segmento de Renda Fixa

- Os títulos de renda fixa estão registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme determina a Resolução CGPC nº 4/2002. O ágio e deságio na aquisição são amortizados *pro rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.
- Títulos para negociação - Avaliado pelo valor de mercado, a valorização /desvalorização apurada em relação ao critério "*pró rata dia*" foram registradas e apropriados em conta de resultado, como ajuste a valor de mercado; e
- Títulos mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pró-rata* dia até a data do balanço e apropriados diretamente ao resultado.

O ágio e deságio ocorridos na aquisição de títulos foram corrigidos e amortizados, mensalmente, à despesa ou receita *pró-rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

b.2) Segmento de Renda Variável

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagens. Com base na RES/CGPC 25, de 30/06/08 o critério foi alterado para a cotação de fechamento, em que o título tenha sido negociado na BOVESPA, em que tenha alcançado maior liquidez. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado e a cotação de fechamento, é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

As ações não negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado, ou valor de custo, dos dois o menor.

Os investimentos relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço.

b.3) Segmento Imobiliário

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados, exceto terrenos, pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada no último laudo de reavaliação.

Os imóveis são reavaliados, periodicamente, de acordo com a legislação vigente, Resolução CMN nº. 3.456, de 01 de junho de 2007 e Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

b.4) Operações com Participantes

Empréstimos simples - valor principal acrescido dos encargos financeiros, sempre superiores ao índice da meta atuarial.

Financiamentos Imobiliários – carteira fechada, apresentando saldo remanescente, atualizado conforme os reajustes salariais, promovidos pelas patrocinadoras.

c) Ativo Permanente

Imobilizado - bens registrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Anexo E, da Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.

Descrição	Taxa ao ano
Móveis e Utensílios	10 %
Máquinas e Equipamentos	10 %
Computadores e Periféricos	20 %
Software	20 %

d) Custeio Administrativo

O registro das despesas administrativas é realizado por meio de sistema de alocação direta e identificado por centros de custos.

e) Provisão de Férias e 13º Salário

São constituídas com base na fração de 1/12 dos salários brutos, acrescidos dos encargos trabalhistas e sociais, e em especial às férias o adicional do abono, correspondente a 1/2 do valor salarial.

f) Provisões Passivas

As provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais, valores estimados com base na avaliação da Gerência Jurídica Interna, efetuada sobre as bases dos dados fornecidos pelos escritórios advocatícios terceirizados.

Ação Fiscal e Tributária – O valor recolhido a maior de Imposto de Renda na Fonte, sob os preceitos legais da Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, foi compensado com outros débitos tributários. A Receita Federal indeferiu administrativamente a compensação, negando a restituição do valor pago indevido. Assessorado pela Martinelli Advocacia Empresarial, o PORTUS interpôs sua Manifestação de Inconformidade, apresentando em sua defesa extensa doutrina e jurisprudência, os advogados entendem como provável a chance de êxito, dispensando a necessidade de provisionamento.

5. Realizável – Programa Previdencial

5.1 Recursos a Receber

Descrição	Exercícios findos em 31/12/08	Exercícios findos Em 31/12/07
Contribuições	186.069	255.941
Normais do mês	3.110	3.543
Extraordinárias do mês	4	1.720
Contratadas	182.955	250.678
Contribuições em atraso	816.762	37.253
Normais	809.449	30.869
Extraordinárias Ano 2001	7.313	6.384
Outros recursos a receber	195.109	175.815
Créditos com a PORTOBRÁS	178.728	158.348
Abono a recuperar	16.160	17.134
Recuperação de CPMF	91	203
Depósito Judicial	130	130
Subtotal – R\$ mil	1.197.940	469.009
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Contribuições normais em atraso	(805.188)	(26.693)
Contribuições extraordinárias	(7.313)	(6.384)
Contribuições contratadas	(31.933)	(224.574)
Créditos com a PORTOBRÁS	(178.728)	(158.348)
Subtotal – R\$ mil	(1.023.162)	(415.999)
Total – R\$ mil	174.778	53.010

As provisões para créditos duvidosos são constituídas em consonância a Resolução CGPC nº 5, de 30/01/2002 e posteriores alterações, equivante a 85,41% e 88,70% do total de crédito a receber, nos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente.

Demonstrativo da Composição Consolidada das Contribuições em Atraso

Descrição	Exercícios findos em 31/12/08	Exercícios findos em 31/12/07
Patrocinadores		
Sociedade de Navegação Portos e Hid. do Est. Amazonas	715	1.810
Porto do Recife	-	4.374
Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental	71	60
Companhia Docas do Pará	22.754	50
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental	2	1
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia	66	1
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	54.308	251
Companhia docas da Paraíba	113	147
Administração do Porto de Maceió	459	14
Companhia Docas do Estado da Bahia	4.972	2.428
Administração das Hidrovias do São Francisco	86	24
Companhia Docas do Rio de Janeiro	199.181	19.261
Companhia Docas do Ceará	321	-
Companhia Docas do Espírito Santo	100.443	29
Companhia Docas do Estado de São Paulo	392.515	1.881
Superintendência do Porto de Itajaí	302	385
Administração do Porto Fluvial de Estrela	43	3
Administração da Hidrovia do Paraná	38	2
Administração da Hidrovia Ahsul	18	-
Administração da Hidrovia do Paraguai	9	-
Administração INSP PR	-	23
Administração INSP SP	-	82
Administração Imbituba	-	43
Companhia Docas do Maranhão	33.033	
Subtotal (I)	809.449	30.869
(-) Provisão para Devedores Duvidosos		
Sociedade de Navegação Portos e Hid. do Est. Amazonas	703	1.705
Porto do Recife S/A	-	4.360
Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental	71	55
Companhia Docas do Pará	22.754	40
Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental	2	1
Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia	51	1
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	52.563	146
Companhia Docas da Paraíba	-	1
Administração do Porto de Maceió	384	9
Companhia Docas do Estado da Bahia	4.270	1.922
Administração das Hidrovias do São Francisco	71	12
Companhia Docas do Rio de Janeiro	198.051	17.668
Companhia Docas do Ceará	321	-
Companhia Docas do Espírito Santo	100.410	7
Companhia Docas do Estado de São Paulo	392.281	267
Superintendência do Porto de Itajaí	302	359
Administração da Hidrovia do Paraná	2	1
Administração INSP SP	-	78
Administração Imbituba	-	41
Administração INSP PR	-	20
Administração das Hidrovias do Sul	3	-
Administração do Porto Fluvial Estrela	5	-
Administração das Hidrovias do Paraguai	2	
Cia Docas do Maranhão	32.942	
Subtotal (II)	(805.188)	(26.693)
Total (I + II)	4.261	4.176

- A evolução dos valores de contribuições em atraso com o exercício anterior, foi em decorrência do levantamento de todas as dívidas das Patrocinadoras, onde foi considerada a lotação da massa de participantes assistidos, identificando e definindo o vínculo de cada administradora com os respectivos patrocinadores, e identificando o vínculo e lotação de cada assistido com a respectiva administradora/patrocinadora, como também foi levantada as dívidas relativas às contribuições das patrocinadoras e participantes, levando-se em consideração o regulamento do Portus em decorrência das datas de pagamento e de vencimento de cada patrocinador.

Demonstrativo da Composição Consolidada das Contribuições CONTRATADAS

Patrocinadores	Exercícios findos em 31/12/08	Exercícios findos em 31/12/07
Companhia Docas do Rio de Janeiro	130.445	192.315
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	16.820	14.794
Porto do Recife S/A	-	3.267
Companhia Docas do Pará	78	78
Companhia Docas da Paraíba	99	125
Companhia Docas do Estado de São Paulo	35.513	40.099
Subtotal (I)	182.955	250.678
(-) Provisão para Devedores Duvidosos		
Companhia Docas do Rio de Janeiro	(14.931)	(192.314)
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	(16.820)	(11.096)
Porto do Recife S/A	-	(3.267)
Companhia Docas do Estado de São Paulo	(83)	(17.804)
Companhia Docas da Paraíba	(99)	(94)
Subtotal (II)	(31.933)	224.575
Total (I + II)	151.022	26.103

6. Realizável – Programa de Investimentos

Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

Descrição	Exercícios findos em 31/12/08	Exercícios findos em 31/12/07
Renda Fixa	127.334	55.262
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	16.011	15.720
Aplicações em Instituições Financeiras	102.244	29.615
Títulos de Empresas	9.079	9.927
Renda Variável	76.134	121.741
Mercado de Ações	70.319	110.892
Fundos de Investimentos	5.815	10.849
Investimentos Imobiliários	72.212	69.092
Edificações para Uso	3.111	4.536
Edificações para renda	50.330	32.761
Shopping Center	11.806	21.249
Créditos a receber (alienações)	5.790	9.377
Fundos de Investimentos Imobiliários	1.175	1.169
Operações com Participantes	17.212	18.414
Empréstimos	17.208	18.408
Financiamentos Imobiliários	4	6
Programa de Investimentos	292.892	264.509

Aplicações em Instituições Financeiras

- Aplicados no Banco do Brasil, Banco Itaú e Bradesco – Fundo de Investimento em Renda Fixa.

6.1 Renda Fixa

Em 31 de dezembro de 2008 a Entidade possuía a seguinte carteira de títulos e valores mobiliários, na carteira própria e nos fundos de investimentos exclusivos:

6.1.1 Títulos mantidos até o vencimento

31/12/08

Por vencimento: Títulos	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total Títulos
Debêntures não conversíveis	-	8.711	-	-	-	8.711
Debêntures conversíveis	-	368	-	-	-	368
Total – R\$ mil		9.079	-	-	-	9.079

6.1.2 Títulos para negociação

31/12/08

Por vencimento: Títulos Privados	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total Títulos
Quotas de FIF – Renda Fixa	102.243	-	-	-	-	102.243
Total – R\$ mil	102.243	-	-	-	-	102.243
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional	16.011	-	-	-	-	16.011
Total – R\$ mil	16.011	-	-	-	-	16.011

Os Títulos acima mencionados estão precificados, consoante os quesitos estabelecidos Resolução/CGPC 04/2002.

Para maior transparência e rentabilidade das aplicações em Renda Fixa, prosseguimos com a política adotada no exercício anterior realizando todas as operações pertinentes, através da Plataforma Eletrônica Cetip-Net, para as negociações de títulos de renda fixa, compartilhando com a recomendação da Secretaria de Previdência Complementar (Resolução CGPC nº 21, de 25/09/2006).

6.2 Renda Variável

Carteira composta por títulos adquiridos no mercado acionário e participação.

Composição	31.12.08	31.12.07
Ações – A vista		
Custo	63.718	64.522
Varição Mercado	(2.505)	36.858
Total (1)	61.213	101.380
Fundos de Investimentos		
BB Ações dividendos	5.815	10.849
Total (2)	5.815	10.849
Valores a receber	9.090	9.512
Geral	76.118	121.741

Valores a receber – Nesta rubrica estão contabilizados os juros sobre capital próprio a receber e créditos referente à troca dos títulos da RioEst por títulos precatórios.

6.3 Investimento Imobiliário

Descrição	31.12.08	31.12.07
Edificação para Uso	3.111	4.536
Edificação para Renda	50.330	32.761
Shopping Center	11.806	21.249
Alienações de Imóveis	5.790	9.377
Fundo de Investimento	1.175	1.169
Total	72.212	69.092

6.3.1 Imóveis para Uso Próprio

Descrição	Localização	Especificação	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Rua Liberdade, 41	Santos/SP	Casa	315	320
Centro Empresarial de Brasília / DF	Brasília/DF	Sala 320	86	87
Vitória	Vitória/ES	Salas 1112/1113	24	26
Edifício M.O.Center	Fortaleza/CE	Sala 704	46	47
Edifício São Bento 8	Rua São Bento, 8	6º andar	-	2.028
Edifício São Bento 8	Rua São Bento, 8	7º andar	2.640	2.028
Total – R\$ mil			3.111	4.536

Os imóveis estão segurados por montante adequado para eventuais coberturas de sinistros.

6.3.2 Imóveis para Renda

Descrição	Localização	Especificação	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Edifício Argentina	13º andar	Rio de Janeiro/RJ	8.421	5.594
Edifício Argentina	3º andar	Rio de Janeiro/RJ	8.421	5.594
Edifício Nove de Julho	117 vagas	Rio de Janeiro/RJ	2.418	1.306
Edifício Garagem S.B.	11 vagas	Rio de Janeiro/RJ	132	25
Edifício RB1	13º e 14º	Rio de Janeiro/RJ	19.000	13.648
Edifício Coliseu	Sala 2314	Porto Alegre/RS	33	33
Edifício São Bento 8	6º andar	Rio de Janeiro/RJ	2.640	-
Edifício São Bento 8	15º andar	Rio de Janeiro/RJ	2.640	2.027
Edifício Barra Trade II	24 salas	Rio de Janeiro/RJ	5.986	4.073
Subtotal – R\$ mil			49.691	32.300
Aluguéis a Receber	Diversos	Diversos	608	437
Valores a Recuperar	Diversos	Diversos	25	18
Depósito Judicial			6	6
Subtotal – R\$ mil			639	461
Total			50.330	32.761

Os valores a recuperar referem-se a IPTU, aluguéis atrasados, depósitos judiciais, e outros pendentes, aguardando desfecho de cobranças judiciais.

Os imóveis estão segurados por apólices, com valor adequado para eventuais coberturas de sinistros, os custos são repassados aos locatários.

6.3.3 Investimentos em Shopping Center

Descrição	Localização	Especificação	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Conjunto Nacional Brasília	5%	Brasília/DF	11.806	12.333
Taubaté Shopping	20%	Taubaté/SP	-	8.916
Total – R\$ mil			11.806	21.249

6.3.4 Fundo de Investimento

6.3.4.1 Fundo de Investimento Imobiliário Geo Guararapes

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Fundo de Investimento Geo Guararapes	1.175	1.169
Total – R\$ mil	1.175	1.169

6.3.5 Valores a Receber por Alienação

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Shopping Newmarket	-	1.555
Terreno da Rua Equador, 43 – Em cobrança judicial	8.476	8.476
Edifício Coliseu/RS, salas 2301 à 2304, 2307 e 2308	77	77
Shopping Santa Úrsula 11,07%	-	2.389
Shopping Santa Úrsula 17,43%	-	1.523
Edifício Santos Dumont	220	220
Edifício Argentina 12º andar	5.570	7.379
Prédio da Praça Mauá nº 10 – Ação de retomada	6.804	5.685
Valores a Receber – R\$ mil	21.147	27.304
Provisão para devedores duvidosos		
Terreno da Rua Equador, 43 – Em cobrança judicial	(8.476)	(8.476)
Edifício Argentina 12º andar	-	(3.689)
Edifício Coliseu/RS, salas 2301 à 2304, 2307 e 2308	(77)	(77)
Prédio da Praça Mauá nº 10	(6.804)	(5.685)
Valores Provisionados – R\$ mil	(15.357)	(17.927)
Total – R\$ mil	5.790	9.377

6.3.6 Reavaliação de imóveis

Imóveis reavaliados em 2008

Descrição	Avaliador	Valor/Laudo	Valor/Contábil	Ajuste
Edifício São Bento 8, 6º andar	Analítica	2.640	1.997	643
EDIFÍCIO SÃO BENTO 8, 7º ANDAR	Analítica	2.640	1.997	643
EDIFÍCIO SÃO BENTO 8, 15º ANDAR	Analítica	2.640	1.997	643
Edif. Garagem São Bento	Analítica	132	24	108
Edifício Argentina 3º andar	Analítica	8.421	5.422	2.999
Edifício Argentina 13º andar	Analítica	8.421	5.422	2.999
Edifício 9 de Julho	Analítica	2.418	1.266	1.152
Edifício Internacional RB1 – 13º	Analítica	9.500	6.707	2.793
Edifício Internacional RB1 – 14º	Analítica	9.500	6.707	2.793
Edifício Barra Trade II	Analítica	5.986	4.007	1.979
Total – R\$ mil		52.298	35.546	16.752

Legenda: Analítica Eng. De Avaliação – CNPJ 001.439.730/0001-56

7. Provisão para perdas com Investimentos

7.1 Investimentos em empresas sob regimes especiais e precatórios

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Renda Fixa	51.150	58.443
Títulos do Governo Federal	8.785	8.785
Título da Dívida Agrária	8.785	8.785
Títulos do Governo Estadual	13.155	13.155
Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas	13.155	13.155
Títulos de Empresas	29.210	36.503
Debêntures Conversíveis	4.527	4.527
Nova América S/A	4.527	4.527
Valores a Receber	-	7.293
Debêntures Conversíveis	24.683	24.683
Máster	24.683	24.683
Renda Variável	3.055	3.055
Máster S/A	3.055	3.055
Investimentos Imobiliários	1.853	1.853
Fundos de Investimentos Imobiliários	1.853	1.853
Máster S/A	1.853	1.853
Total – R\$ mil	56.058	63.351

- Recebimento Valores a Receber Docas de Imbituba no corrente exercício.

7.2 Provisão para Devedores Duvidosos – Créditos de difícil liquidação

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Investimentos Imobiliários		
Direitos em Alienações	15.357	17.927
Vigo Empreendimentos Imobiliários	8.476	8.476
Olavo Wilmar Wentz	9	9
Francioni do Brasil Importadora Ltda.	29	29
Jesse Nilson Pinto Parodia	39	39
Edifício Argentina 12º andar	-	3.689
Prédio da Praça Mauá nº 10	6.804	5.685
Total – R\$ mil	15.357	17.927

Os ativos provisionados para perda estão com processos judiciais em andamento, não havendo decisão definitiva a ser cumprida, estando sob monitoramento da Gerência jurídica.

8. Contingências Previdenciais, Administrativas e Investimentos:

Baseados em avaliação técnica elaborada pela Área Jurídica do Instituto, assessorada pelos escritórios externos, sobre ações impetradas por ex-participantes, classificadas na categoria “perdas prováveis”, efetuamos os registros no montante de R\$12.722 mil, assim composto:

- Previdenciais – R\$ 10.568
- Administrativas – R\$ 1.469
- Investimentos – R\$ 685

9. Exigível Atuarial

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefício são constituídas com base na avaliação atuarial, mediante dados cadastrais de 31/12/2008.

Na avaliação atuarial foram adotados o Regime Financeiro Capitalização, para avaliação dos encargos e receitas, em consonância com a Legislação aplicável e métodos atuariais internacionalmente aceitos:

Capitalização pelo Método Agregado: Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Pecúlio por Morte de Participantes Assistidos, Suplementação de Pensão por Morte de Participantes Assistidos, Pecúlio por Morte de Participantes Ativos, Suplementação de Auxílio-Doença, Suplementação de Auxílio-Reclusão, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Suplementação de Pensão por Morte de Participantes Ativos.

Por não ter sido considerado a hipótese de desligamento, os encargos relativos aos Institutos de Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido e Resgate estão contidos nos encargos de aposentadoria programada.

Premissas Atuariais:

- Taxa Real Anual de Juros: 6%(seis por cento);
- Conforme estudos realizados sobre a Política de Recursos Humanos adotadas pelas Patrocinadoras, foi adotado os índices de crescimento real de salários:

Portobrás: 0,00% a. a.; Portus: 0,90% a. a.;CODOMAR:2,31% a. a.; CDC:2,65% a. a.; CODERN: 2,00% a. a.;CODEBA: 2,00% a. a.;CDP: 2,00% a. a.;CDRJ: 2,10% a. a.; APR:0,00% a.a.;DOCAS-PB: 1,64% a.a.;CODESA: 2,00% a.a.;CODESP: 2,22% a. a.; SPI: 2,00% a. a.;EMAP: 1,00% a. a.; eSNPH: 0,00% a. a..

- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: 0,986739 - Pressuposição de inflação anual média de 2,5%;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983 conforme disposto na resolução CGPC nº18/2006;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Experiência CESAT;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Experiência PBP1 anos 1998 e 2000 a 2008;
- Desligamento do Plano: Nula;
- Tábua Biométrica de Morbidez: Experiência PBP1 anos 1998 a 2007;
- Tábua de Herdeiros: Experiência PBP1 anos 1998 a 2007;
- Outras Hipóteses não referidas anteriormente: -
- Recomposição salarial: O Salário-Pleno correspondente ao salário do participante ativo, do PBP1 ajustado de toda a inflação acumulada no período compreendido entre última data-base de reajuste geral de salários das Patrocinadoras e a data em que está sendo processada a Avaliação Atuarial. Para a determinação do salário-pleno, foram aplicados aos salários informados para cada patrocinadora a variação dos seguintes índices:

INPC - PORTOBRÁS, PORTUS,CODERN, PORTO DO RECIFE S/A,DOCAS-PB,SPI, EMAP e SNPH.

IPCA - CODOMAR, CDC, CODEBA, CDP, CDRJ, CODESA e CODESP.

Demonstrativo da Composição Consolidada do Exigível Atuarial

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Benefícios Concedidos	1.234.631	1.146.751
Benefícios do Plano	1.442.218	1.414.672
(-) Contribuições do(s) Patrocinador(es) sobre Benefícios	(101.422)	(131.529)
(-) Outras Contribuições Geração Atual	(106.165)	(136.392)
Benefícios a Conceder	719.536	536.248
Benefícios do Plano com a Geração Atual	987.049	808.566
Benefício Definido	987.049	808.566
(-) Contrib. Patrocinador(es) de Benefícios da Geração Atual	(58.255)	(85.431)
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(209.258)	(186.887)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(172.824)	(162.970)
(-) Serviço Passado	(172.824)	(162.970)
Exigível Atuarial – R\$ mil	1.781.343	1.520.029

10. Fundos

A evolução ocorrida no Fundo Administrativo, Fundo de Investimentos, está demonstrada a seguir:

Neste Ano foi constituído o Fundo Previdencial no valor de R\$ 7.067 mil, cuja origem refere-se ao fator previdenciário sobre aposentadorias concedidas, a qual estamos aguardando decisão judicial.

Mutação do Período	Fundo Administrativo	Fundo Investimentos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2008	20.383	2.275	22.658
Resultado dos investimentos do Fundo	495	(290)	205
Conversão para cobertura de perda	368	108	476
(Reversão) Formação de Fundos	(6.937)	369	(6.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	14.309	2.462	16.771
Saldos em 31 de dezembro de 2006			
Saldos em 31 de dezembro de 2006	21.140	1.925	23.065
Resultado dos investimentos do Fundo	4.792	433	5.225
Conversão para cobertura de perda	-	(432)	(432)
(Reversão) Formação de Fundos	(5.549)	349	(5.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	20.383	2.275	22.658

a) Programa Administrativo

O Fundo do Programa Administrativo tem por finalidade suprir os gastos excedentes relativos ao custeio administrativo, atualizado com base no percentual médio de ganhos ou perdas obtidos nos investimentos do Portus. É constituído pelo resultado positivo encontrado na apuração das receitas e despesas do programa e revertido pelo valor excedente apurado.

b) Programa de Investimento

O Fundo do Programa de Investimento é constituído pela taxa TQM cobrada na concessão de empréstimo, estabelecidos nos regulamentos em vigor. Destina-se à quitação dessas operações em caso de morte do mutuário.

11. Custeio Administrativo

Na Demonstração de Resultados de Exercício do programa previdencial, o item "Custeio Administrativo" representa o valor líquido das importâncias transferidas ao Programa Administrativo para cobertura de suas respectivas despesas.

As despesas administrativas alcançaram no exercício o valor de R\$ 13.742 mil sendo, R\$ 11.620 mil de Administração Previdencial e R\$ 2.122 mil de Administração de Investimento correspondente a R\$ 6.937 mil de excedente, que representam 30,29% do custeio administrativo. O excedente de 15,29% sobre o limite permitido foi revertido do Fundo Administrativo.

O Portus não se utilizou até este exercício das despesas necessárias à administração e ao controle dos investimentos, cujo valor poderia ser custeadas pelo Programa de Investimento, por meio de transferências interprogramas.

Cabe ressaltar, que a insuficiência para cobertura das despesas com a estrutura atual do PORTUS originou-se pela redução das receitas, ocasionadas pela redução progressiva da massa de participantes no sistema. Apresentamos abaixo quadro pertinente:

Descrição	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Despesas Administrativas	(13.742)	(11.952)
Administração Previdencial	(11.620)	(9.727)
Administração de Investimentos	(2.122)	(2.225)
Constituição/Reversão – Contingência	368	23
Recursos Oriundos de outros programas	6.805	6.403
Sobrecarga administrativa líquida	(6.569)	(5.526)
Resultado dos Investimentos Administrativos	495	4.769
(Reversão) Constituição do Fundo	(6.074)	(757)

Neste contexto, o limite das despesas, apurado ainda com base no Art. 42 da Resolução MPAS CPC nº 01/78, superou as receitas transferidas pelo programa previdencial. Contudo, essa insuficiência foi coberta por uma reversão, no mesmo valor, do Fundo Administrativo, conforme preceitua o item IV.2.3 da Resolução CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002, e conforme demonstrado no quadro da Nota 11.

12. Resultado do Exercício

Formação	Exercícios findos em 31/12/2008	Exercícios findos em 31/12/2007
Resultado do Programa de Investimentos	15.772	66.721
Resultado do Programa Previdencial	151.340	(259.580)
Resultado do Programa Administrativo	(13.374)	(11.929)
Total	153.738	(204.788)
(-) Constituições de Provisões Matemáticas	(261.314)	80.587
(-) Constituição/Reversão/Contingência	(11.112)	(162)
(+) Reversão do Fundo Administrativo	6.074	757
(-) Constituição do Fundo de Investimentos	(187)	(350)
(-) Constituição Fundo Previdencial	(7.067)	-
Déficit do Exercício – R\$ mil	(119.868)	(123.956)
Resultado acumulado até o exercício anterior	(1.226.785)	(1.102.829)
Resultado Acumulado – R\$ mil	(1.346.653)	(1.226.785)

Fatos relevantes que influenciaram o resultado do exercício:

Provisão Matemática	(260.856)
Reversão perda Contrato assinado Patrocinadora CDRJ	201.728
Contribuições provisionadas para perda	(56.783)

Equacionamento do Déficit Atuarial:

Conforme Nota Técnica da Avaliação Atuarial em 31/12/2008 do Plano de Benefício Portus 1 – PBP1, elaborada pela CESAT Consultoria Estatístico Atuarial Ltda, datada de 18 de março 2009, para equacionamento do déficit apresentado é recomendado à imediata adoção de medidas tais como:

- Revisão do Ativo Líquido;
- Elevação das contribuições normais, bem como a revisão das jóias para os novos entrados;
- Reavaliação da RTSA – Reserva de Tempo de Serviços Anterior.

13. Transferências Interprogramas

O PORTUS opera os programas Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas de resultados de cada programa, a fim de registrar as cobranças e repasses de recursos entre os programas, de acordo com a Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002, abaixo resumidos:

- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica “Resultados Transferidos para outros Programas, corresponde ao resultado líquido dos investimentos, o qual é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do Fundo Administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo.
- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, o valor referente à rubrica “Recursos oriundos de Outros Programas” corresponde ao Custeio Administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica “Recursos transferidos para Outros Programas”, refere-se aos recursos transferidos do Fundo Administrativo para cobertura de insuficiência do Custeio Administrativo.

14. Outras Informações

a) Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade, observando o que dispõe sua Política Anual de Investimentos, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

b) Eventos subsequentes

O Portus revisou o valor da dívida da RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior, que foi apresentada através da CESAT- Consultoria Estatístico Atuarial Ltda em sua Nota Técnica Atuarial do exercício 2008, cujo montante é R\$ 691.436 (seiscentos e noventa um milhões quatrocentos e trinta seis mil reais).

Eduardo Celso de Araújo Marinho
Diretor-Presidente
CPF: 036.165.257-72

Alberto Higino de Camargo Assis
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 017.974.628-65

José Camilo de Faria
Diretor de Seguridade
CPF: 544.529.537-00

Renato de Almeida Faria
Contador
CRC-RJ-099884/P-4/CPF: 618.156.167-68